

As religiões e a paz – parte do problema ou parte da solução?

1.Introdução

O tema proposto está colocado em forma de pergunta e eu antecipo desde já a resposta global que creio dever ser dada e me parece inquestionável, tanto com base numa consideração da história como a partir duma análise da realidade atual: as religiões são, *com frequência, parte significativa* do problema e são, *têm de ser parte irrenunciável* da solução.

É verdade que, a nível de princípios, as grandes tradições religiosas e a maior parte dos seus líderes querem a paz, rejeitam a guerra, o terrorismo, a violência, e subscreveriam certamente as palavras de João Paulo II, no Dia de Oração pela Paz em Assis, em 2002. Afirmou então João Paulo II que “quem recorre à religião para fomentar a violência contradiz a sua inspiração mais autêntica e profunda. Por conseguinte – prosseguiu –, é urgente que *as pessoas e as comunidades religiosas manifestem a mais clarividente e radical rejeição da violência*, de toda a violência, a partir daquela que pretende disfarçar-se como religiosidade, fazendo apelo até mesmo ao sacrossanto nome de Deus para ofender o homem. Em última análise, *a ofensa contra o homem é ofensa a Deus*. Não existe finalidade religiosa que possa justificar a prática da violência do homem sobre o homem”¹.

Todavia, a consciência histórica e a situação presente obrigam-nos a reconhecer que a realidade é frequentemente bem diferente das posições teóricas de princípio. Estas não garantem por si só que as pessoas que vivem uma religião em concreto rejeitem a violência e sejam verdadeiramente construtores da paz. Por outro lado, é indispensável recordar como, ao longo da história, tem havido guerras e violências em nome da religião, com focos graves de tensão que ainda hoje persistem. De resto, as religiões como grandezas sociais, históricas e culturais, institucionalizadas a diversos níveis, não são monolíticas: há interpretações diferentes das mesmas Escrituras, Confissões diversas dentro da mesma religião, tendências e correntes bem diferentes dentro do mesmo

¹ JOÃO PAULO II, *Discurso aos participantes no “Dia de Oração pela Paz” em Assis (24 de Janeiro de 2002)*, in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2002/january/documents/hf_jp-ii_spe_20020124_discorso-assisi.html, nº 4 (consulta a 13 de Novembro de 2016).

enquadramento confessional religioso, etc., com possibilidades reais de se gerarem tensões e conflitos.

Tendo em consideração o que acabo de referir, estruturo esta reflexão em três partes. Nas duas primeiras explico as principais razões que fundamentam a resposta a dar à questão colocada. A terceira, de teor conclusivo, concentra-se nalguns desafios e tarefas que daí resultam para o diálogo inter-religioso.

2.As religiões como parte significativa do problema

Sublinho aqui três factores principais que podem resultar em fanatismo religioso, intolerância e, muitas vezes, em violência.

2.1.A pretensão absoluta de verdade

Como é bem sabido, a enorme diversidade de religiões existentes e a ambivalência ampla daquilo que é designado por experiência religiosa impossibilitam que se consiga apresentar uma definição totalmente inclusiva e aceite por todos do que é “uma religião” (comunidade religiosa) e do que é “a religião” (atitude religiosa). Apesar disso, haverá um consenso maioritário em reconhecer como um dado básico em toda a atitude religiosa a presença de uma abertura a um Princípio Transcendente, a uma Realidade Última, a um Ser Superior (na linguagem cristã, ao Mistério que chamamos Deus) na busca de um sentido para a existência, tanto no âmbito pessoal como social ².

Isso diz respeito a qualquer religião, que só tem validade definitiva para a experiência pessoal e pode ser acolhida por uma pessoa na medida em que nela estão em jogo aspetos fundamentais do seu destino, o sentido a dar tanto ao quotidiano como às grandes decisões da vida. Por isso mesmo e tendencialmente, a atitude religiosa traz em si mesma uma pretensão de verdade, de exclusividade, de opção decisiva para o viver e o morrer que, não sendo devidamente integrada e refletida num enquadramento mais amplo e profundo, pode ser germe de intolerância e de violência. Cai-se facilmente na pretensão de possuir a única e absoluta verdade que, em nome do “Deus” em que se acredita, deve ser imposta aos outros.

2.2. Os condicionamentos culturais, políticos, ideológicos da vivência religiosa

² Cf. H. KÜNG, *Projeto de ética mundial. Uma moral ecuménica em vista da sobrevivência humana*, Paulinas, São Paulo 4/2003, 96 s. Pode, todavia, continuar a discutir-se se isso vale mesmo para todas as religiões, designadamente para o budismo.

Um segundo aspeto a considerar tem a ver com o facto de que a atitude religiosa nunca existe à margem de pressupostos históricos, sociais e culturais que envolvem necessariamente a vida de cada pessoa e de cada comunidade humana. Qualquer religião existe em configurações socioculturais, com uma história concreta, e é vivida por pessoas sempre em contextos económicos, políticos, ideológicos próprios. Não existe a religião “pura”, destilada desses condicionamentos e circunstâncias. Há, em consequência, o risco permanente de as vivências religiosas, pessoais e comunitárias, serem atravessadas por visões ideológicas que as podem tornar imunes à análise crítica, desumanas, cegas à violência, incapazes de construir a paz.

2.3. A sempre possível instrumentalização das religiões

Nesta ordem de ideias, importa ter bem presente que as religiões podem ser instrumentalizadas e são-no, de facto, muitas vezes. Instrumentalizações que podem ter várias origens e situações, desde o poder político à mentalidade e consciência dominantes numa determinada sociedade ou cultura.

Instrumentaliza-se a própria religião: quando surgem conflitos, “Deus” é facilmente colocado de um dos lados da barricada (naturalmente, o nosso...). A religião pode servir, utilitariamente, de elo forte de ligação e justificação para comportamentos sociais e, eventualmente até, para conflitos bélicos.

Instrumentaliza-se a religião do outro/dos outros: as identificações que se fazem do outro diferente de nós em termos religiosos são, na maior parte das vezes, “caricaturas” marcadas pela história, pelo inconsciente coletivo, pelas notícias dos meios de comunicação social, etc. (caricaturas que, aliás, tanto nas afirmações genéricas como no relacionamento quotidianos existem de ambos os lados...). O que nos é dado ver e viver muitas vezes é, pois, a realidade de uma orientação ideológico-prática colorida com tons religiosos, uma espécie de pintura religiosa exterior cimentada em razões de ordem política, económica, cultural, ideológica.

Perante isso, creio que é errado (e pouco produtivo em termos de possível e indispensável mudança...) tanto dizer-se simplesmente que se trata de opções, orientações, atos de ordem religiosa, como afirmar-se o contrário, ou seja, que, no fundo, tudo isso nada tem a ver com a religião. Dizer que não é a religião, mas a sua deturpação que está na base de abusos em seu nome é verdade como afirmação de princípio, mas não chega como análise das situações concretas. E é uma afirmação que só tem credibilidade se conduzir a uma coerência de atitudes tanto para fora, como para dentro de cada uma das religiões. Mais de acordo com a realidade e mais credível e

eficaz é o reconhecimento de que, pelo seu próprio enraizamento sociocultural e porque são realidades humanas instrumentalizáveis e, com frequência, instrumentalizadas, as religiões foram muitas vezes, no passado, e são por vezes, no presente, de forma mais consciente ou menos consciente, na diversidade imensa de situações e contextos, um sempre possível vetor/fator de conflitualidade.

É claro que, nas situações de conflito e violência no atual momento do mundo, há muitas outras causas, certamente até mais determinantes e profundas: de ordem económica, de animosidade étnica ancestral, de poder, etc., etc. Particularmente complexas, em teoria e na prática, são, como é bem sabido, as relações entre política e religião: a instrumentalização política da religião é a causa de inúmeros conflitos e discriminações³. Mas essas causas aparecem argamassadas com visões do mundo e com situações socioculturais marcadas também por perspectivas religiosas.

3.A religião como parte irrenunciável da solução

Sublinho aqui quatro grandes aspetos em ordem a que as religiões sejam, de facto, fatores determinantes na construção da paz.

3.1.A necessidade de uma consciência renovada do papel das religiões

Da breve análise feita resulta, antes de mais, a necessidade de uma consciência renovada de que a dimensão religiosa, sendo embora só um entre outros fatores, é um elemento importante, porventura até nalgumas circunstâncias decisivo. Isto é, as religiões como tais e na sua concretização histórica têm diante de si uma grande tarefa e responsabilidade na construção da paz.

Essa tarefa e responsabilidade é, antes de mais, uma questão de fidelidade à sua própria identidade e pretensão religiosa. Uma religião inimiga da paz seria algo contraditório, questionando mesmo a razão de ser da sua existência como “religião”.

Além disso, nas religiões vive a convicção de que a questão de Deus (da abertura ao Transcendente) é importante para o viver humano individual e coletivo e sua qualidade ética global. A indiferença perante essa questão (a questão da abertura ao Transcendente e ao Mistério último que suporta o viver humano) favorece uma insensibilidade e um relativismo éticos e, conseqüentemente, torna difícil agir de acordo com critérios de verdade e justiça e comprometer-se de alma e coração a favor da paz. A ausência da

³ Cf. J. MÜLLER, *Christentum und Islam – “Kampf der Kulturen”?* *Religionsfreiheit zwischen Anspruch und Wirklichkeit*, in *Stimmen der Zeit* 219 (2001) 800 ss.

questão de Deus no espaço público ou a indiferença perante ela diminuem a capacidade de discernimento do que é verdadeiramente importante, de sentido da indispensável solidariedade, de dedicação ao bem comum ⁴. A visão cristã da vida insiste em que não é negando a dimensão religiosa e aquele “suplemento de alma” que ela pode dar, não é insistindo exclusivamente na pretensa capacidade humana de ultrapassar ideologias e abrir-se à diversidade e aos direitos dos outros que se consegue vencer a indiferença, o egoísmo e o ódio, aceitar as legítimas diferenças que constituem o viver da Humanidade, enfim, construir a paz.

3.2.O sentido da fraternidade humana e de pertença a uma mesma Humanidade

A primeira e fundamental afirmação de cada religião é o reconhecimento do Mistério que suporta o viver humano e a fraternidade humana que daí resulta, é a consciência de que a nossa existência como pessoas e o nosso viver conjunto como Humanidade se fundam no Mistério que origina e une toda a Humanidade e que grande parte das religiões chamam “Deus” ⁵. Na fé cristã – e isto não é um exclusivo seu, mas algo que o cristianismo

⁴ JOÃO PAULO II, *Liberdade religiosa, condição para a convivência pacífica. Mensagem para o 21º Dia Mundial da Paz (1988)*, nº 3, in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19871208_xxi-world-day-for-peace.html (consulta a 14 de Novembro de 2016).

“O esquecimento e a negação de Deus, que induzem o homem a não reconhecer qualquer norma acima de si próprio e a tomar como norma apenas a si mesmo, produziram crueldade e violência sem medida”: FRANCISCO, *Vence a indiferença e conquista a paz. Mensagem para o 49º Dia Mundial da Paz (2016)*, nº 4, in http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20151208_messaggio-xlix-giornata-mondiale-pace-2016.html (consulta a 14 de Novembro de 2016)

⁵ Cf. *Au seuil du troisième millénaire: la collaboration entre les différentes religions. Rapport final de l'assemblée interreligieuse au Vatican (25-28 octobre)*, in *La Documentation Catholique* 2216 (1999) 1092. Cf. F. TAUBMANN, *Une fraternité subtile. Allocution du Pasteur Florence Taubmann*, in *La Documentation Catholique* 2472 (2011) 696 s.

acentua e explícita no seu carácter estrutural – o crente reconhece em Deus Criador e Salvador a origem e o fim de todo o viver humano, a raiz última e definitiva da dignidade humana e de uma fraternidade básica, indestrutível, entre os seres humanos, filhos do mesmo Pai. O que vale para todos os homens e mulheres que vieram, vêm e virão a este mundo ⁶.

Em razão do acolhimento do Mistério Último que as funda como tais, as religiões assentam na consciência, estruturante de qualquer atitude religiosa, de que formamos uma só Humanidade, elas são chamadas a ser fonte e impulso de consciência de fraternidade. Esta percepção tem de traduzir-se na convicção de que, como seres humanos, somos chamados a viver em paz e que o único caminho razoável para enfrentar as dificuldades e os problemas deste nosso viver em conjunto só pode passar pelo diálogo, não pelas diversas formas possíveis de luta, violência ou guerra. “Há necessidade – afirmou o Papa Francisco – que a fraternidade seja descoberta, amada, experimentada, anunciada e testemunhada; mas só o amor dado por Deus é que nos permite acolher e viver plenamente a fraternidade” ⁷.

3.3. As religiões ao serviço da verdadeira e mais plena humanidade dos seres humanos

Nenhuma religião é um fim em si mesma, mas está ao serviço do processo de humanização dos seres humanos, visando que eles correspondam melhor ao dom e às exigências da sua humanidade. Como abertura ao Transcendente (ao Mistério que nós chamamos Deus...), a vivência religiosa só se entende como caminho de realização de uma verdadeira humanidade, como busca de uma plenitude de sentido para a existência humana. Como se expressou o teólogo luterano Jürgen Moltmann –

⁶ Cf. J. DUPUIS, *Un Dios, Padre de Jesucristo, para la salvación del mundo*, in *Selecciones de Teologia* 155 (2000) 179-182. Cf. também A. MERKL, “*Der Frieden ist möglich*”. *Die Päpste und die Weltfriedenstage*, in *Internationale Katholische Zeitschrift Communio* 46 (2017) 539; P. RICCA, *La spiritualité oecuménique comme style de vie*, in *Irénikon* 90, 1 (2017) 36.

⁷ FRANCISCO, *Fraternidade, fundamento e caminho para a paz. Mensagem para o 47º Dia Mundial da Paz* (2014), nº 10, in https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20131208_messaggio-xxvii-giornata-mondiale-pace-2014.html (consulta a 15 de Novembro de 2017). Cf. ainda nºs 3 e 4.

certamente pressupondo uma “plenitude do humano” como horizonte definitivo da esperança cristã – somos cristãos para sermos seres humanos, não seres humanos para sermos cristãos⁸.

A consciência disto é um primeiro elemento que relativiza pretensões religiosas que não respeitem até ao fim a busca de humanidade do Homem. Está aqui a exigência fundamental de pensar as religiões e viver a atitude religiosa em relação indestrutível com a dignidade humana, em toda a sua amplitude e profundidade.

Como realidades históricas que são, as religiões estão também/têm de estar conscientemente envolvidas no processo histórico de humanização, elas inserem-se na busca de sentido e de razões de esperança para a vida individual e coletiva, já no presente mas também em ordem ao futuro da Humanidade. Nesse processo emergiram alguns critérios e direitos que se revelam de importância decisiva para o reconhecimento da dignidade humana inalienável e, assim também, para a convivência pacífica nas sociedades. O reconhecimento progressivo de direitos humanos fundamentais (reconhecimento esse ainda muito longe de estar concluído tanto a nível de formulação de critérios como sobretudo de coerência prática...) bem como a exigência de tolerância e de respeito pelo outro diferente representam estádios de consciência e de responsabilidade humanas que não podem ser postos em causa.

As religiões devem ser (só podem ser...) parte da solução na medida em que assumirem internamente e testemunharem externamente com coerência, a tempo e a contratempo, a defesa dos direitos humanos fundamentais. Uma cultura dos direitos humanos é responsabilidade de todos, mas as religiões têm/devem ter um papel e um significado particulares: “Só quando uma cultura dos direitos humanos, respeitadora das diversas tradições, se tornar parte integrante do património moral da humanidade, é que será possível olhar com serena confiança o futuro”⁹.

3.4. A capacidade de reler em autocrítica a própria história e o presente

⁸ Cf. J. MOLTSMANN, *Christsein, Menschsein und das Reich Gottes. Ein Gespräch mit Karl Rahner*, in *Stimmen der Zeit* 203 (1985) 629.

⁹ JOÃO PAULO II, *No respeito dos direitos humanos, o segredo da verdadeira paz. Mensagem para o 32º Dia Mundial da Paz (1999)*, nº 12, in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_14121998_xxxii-world-day-for-peace.html (consulta a 15 de Novembro de 2017).

Em razão da sua mais profunda identidade, as religiões contêm em si um potencial autocrítico libertador que as pode e deve defender do risco de instrumentalizações ideológicas. É uma capacidade e uma tarefa que não podem ignorar, antes devem desenvolver, na busca de fidelidade à sua razão de ser.

Antes de mais, ao orientar-se pela abertura ao Transcendente (pelo Último, pelo Absoluto, por Deus, como queiramos chamar...) a atitude religiosa tem de ser atravessada e acompanhada pelo sentido de uma Realidade que não pode dominar, na linguagem da tradição cristã, pelo “*Deus semper maior*” que está para além dos nossos conceitos, linguagens, percepções ¹⁰. A proximidade do Mistério que chamamos Deus é uma proximidade que não nos permite “pôr Deus no bolso”. Pelo contrário, a afirmação do Absoluto desperta a consciência de que a nossa percepção da verdade acontece sempre de forma limitada e imperfeita, de que as interpretações das religiões, todas elas, são limitadas e imperfeitas ¹¹.

¹⁰ “Falar de Deus é sempre uma tentativa de balbuciar o Mistério infinito, indizível, que permanece Mistério mesmo na sua revelação. O Deus que se tornou humanamente perceptível em Jesus Cristo não deixa de ser o absolutamente Outro, o Deus não compreendido (não abarcável nem dominável pela nossa razão), o ‘Deus escondido’, o Deus inclusivamente ‘perigoso’ (J. B. Metz) para as nossas ideias e projectos bem humanos”: J. E. B. de PINHO, *A questão de Deus e a consciência crítica dos fiéis*, in P. STILWELL e outros, *Religiões: identidade e violência. XXIII Semana de Estudos Teológicos. 4-6 de Fevereiro de 2003*, Alcalá-Faculdade de Teologia, Lisboa 2003, 165.

¹¹ “Mas a verdade, uma vez alcançada – e isto verifica-se sempre de forma limitada e imperfeita – jamais pode ser imposta. O respeito pela consciência alheia, na qual se reflete a mesma imagem de Deus (cf. *Gn* 1, 26-27), permite apenas propor a verdade ao outro, a quem compete depois acolhê-la responsabilmente. Pretender impor aos outros com violência aquela que se presume ser a verdade, significa violar a dignidade do ser humano e, em última instância, ultrajar a Deus, de quem aquele ele é imagem”: JOÃO PAULO II, *Não há paz sem justiça, não há justiça sem perdão. Mensagem para o 35º Dia Mundial da Paz* (2002), nº 6, in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_20011211_xxxv-world-day-for-peace.html (consulta a 13 de Novembro de 2017).

Daí resulta também que nunca se pode impor, antes apenas propor a verdade que julgamos adquirida. É a tarefa de questionar como deve ser entendida essa pretensão de verdade dentro da própria atitude religiosa. O que supõe, basicamente, um grande sentido da historicidade do caminhar humano, pessoal, comunitário, como Humanidade no seu conjunto.

Além disso, a fé religiosa, como atitude de vida plenamente humana, só se entende num diálogo constante com a compreensão racional do mundo. Fé e razão estão numa correlação e num diálogo mútuos ¹². Sem o acolhimento dos elementos purificadores provenientes de uma racionalidade amadurecida, a religião facilmente, inevitavelmente, cai no sectarismo, no fundamentalismo e na intolerância. Não obstante todos os excessos, desvios e erros cometidos, os caminhos de emancipação da razão, o processo de secularização e o desenvolvimento da modernidade (no Ocidente e, particularmente, na Europa) contribuíram decisiva e irreversivelmente para essa racionalidade amadurecida na vivência crente. A indispensável crítica desses excessos e desvios, que se traduziram em laicismo ou desprezo do religioso nas sociedades modernas, só pode ser feita com base em critérios e exigências de verdadeira humanidade, e só assim se pode também testemunhar o que a religião significa para a qualidade do viver humano.

Para uma religião em concreto, isso traduz-se também na capacidade de ler a sua história passada e as circunstâncias do presente com abertura hermenêutica e uma atitude existencial disponível para a análise crítica dos pressupostos histórico-culturais, dos limites, da relatividade das circunstâncias históricas. Nenhuma religião, tanto no passado como no presente, pode dizer-se completamente livre de instrumentalizações, plenamente isenta de ter sido ou ainda ser lugar de acontecimentos e atos de violência em expressões deformadas de vivência religiosa, totalmente imune a ter sido ou porventura ainda ser obstáculo à construção da paz. Cito uma palavra de Bento XVI: “Como cristão, quero dizer, neste momento: É verdade, na história, também se recorreu à violência em nome da fé cristã. Reconhecemo-lo, cheios de vergonha. Mas, sem sombra de dúvida, tratou-se de um uso abusivo da fé cristã, em contraste evidente com a sua verdadeira natureza. O Deus em quem nós, cristãos, acreditamos é o Criador e Pai de todos os homens, a partir do qual todas as pessoas são irmãos e irmãs entre si e constituem uma única família” ¹³.

¹² Cf. J. RATZINGER, *Fé – verdade – Tolerância. O Cristianismo e as Grandes Religiões do mundo*, Universidade Católica Editora, Lisboa 2006, 130 e 142.

¹³ BENTO XVI, *Discurso no Dia de reflexão, diálogo e oração pela paz e pela justiça no mundo “Peregrinos da Verdade, peregrinos da Paz” (27 de Outubro de 2011)*, in

4. O diálogo inter-religioso e a tarefa da construção da paz – Alguns desafios

4.1. Reavivar a consciência da importância do diálogo inter-religioso

As religiões, todas elas, são interpeladas a criarem e fomentarem caminhos em ordem à construção, nunca acabada, da paz. É seu dever inalienável, se querem ser religiões autênticas, pensar internamente e agir externamente na consciência de que o diálogo inter-religioso é um dos mais importantes instrumentos para assegurar a paz e a harmonia entre os povos e as nações.

A tarefa que aqui se apresenta é de ordem teórica e de exigência prática. Por um lado, milhões e milhões de crentes, de todas as religiões – é preciso reconhecê-lo – não têm consciência da importância crucial do diálogo inter-religioso. Por outro lado, muitos deles não veem até qualquer sentido no diálogo inter-religioso ou rejeitam-no expressamente em nome da própria religião que professam e do modo como entendem a sua verdade.

Despertar a consciência dos crentes para a importância do diálogo inter-religioso (que é sempre também diálogo intercultural) é tarefa prioritária neste século XXI. É, sem dúvida, um caminho laborioso, cheio de dificuldades. Mas nada nem ninguém nos pode dispensar, em nome do nosso próprio futuro como Humanidade, de o ir percorrendo, simultaneamente com coragem e paciência: na busca de um maior conhecimento mútuo, na sensibilidade crescente para o valor da atitude religiosa, no esforço de diálogo persistente nas situações concretas e difíceis, na capacidade de autocrítica, no despertar para a reconciliação fraterna e a possibilidade de perdão generoso.

Desse modo, o diálogo inter-religioso ajuda a criar bases para a indispensável cooperação na ação. O diálogo inter-religioso a favor da paz torna-se mais realista, eficaz e interpelativo na medida em que conduz à concretização de ações conjuntas, na fidelidade, por parte de cada um, aos princípios éticos básicos da própria religião e na busca conjunta de critérios éticos comuns. As questões complexas que a Humanidade enfrenta – desde o respeito pela dignidade elementar da vida humana à qualidade da vida pessoal e familiar, desde a proteção da natureza a uma mais justa

https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2011/october/documents/hf_ben-xvi_spe_20111027_assisi.html (consulta a 16 de Novembro de 2017).

distribuição dos recursos do mundo e a uma nova ordem económica e política – não só interpelam a capacidade de cooperação das religiões na construção da paz como constituem o principal desafio à sua credibilidade¹⁴.

De facto, há uma tensão inevitável entre diálogo e anúncio, já que a maior parte das religiões, em particular as “religiões missionárias”, transportam consigo afirmações de verdade com uma pretensão de sentido e validade universais. Essa tensão só pode ser superada pela consciência histórica dos próprios limites na afirmação da verdade, pelo respeito e tolerância recíprocos, pela convicção de que o diálogo não visa tanto mudar os outros como sobretudo aprofundar e amadurecer a nossa própria identidade. Há um imenso caminho a percorrer no sentido de se perceber que, sem diálogo, a própria identidade se particulariza, se atrofia em absolutismos¹⁵.

4.2. O diálogo inter-religioso e a atenção prioritária à liberdade religiosa

Se as religiões querem contribuir para a construção da paz, não podem deixar de colocar no centro desse mesmo diálogo a questão da liberdade de consciência e de religião, a exigência do reconhecimento, com todas as suas consequências, para as pessoas e para as comunidades religiosas, do direito social e civil à liberdade religiosa em qualquer parte do mundo. Assentando no pressuposto da inviolabilidade da própria consciência que cabe a cada ser humano e na convicção de que o dever de buscar a verdade tem de se processar de acordo com a dignidade da pessoa humana, o direito à liberdade religiosa constitui “pedra angular do edifício dos direitos humanos”¹⁶, é o núcleo e o barómetro do seu verdadeiro respeito. Por isso

¹⁴ JOÃO PAULO II, *Os crentes unidos na construção da paz. Mensagem para o 25º Dia Mundial da Paz (1992)*, nº 5, in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_08121991_xxv-world-day-for-peace.html (consulta a 14 de Novembro de 2016). Cf. também ID., *Liberdade religiosa, condição para a convivência pacífica. Mensagem para o 21º Dia Mundial da Paz (1988)*, nº 4 (ver nota 4).

¹⁵ Cf. G. DANNEELS, *Religions et paix. À l’occasion du 40e anniversaire de Pacem in Terris*, in *Nouvelle Revue Théologique* 125 (2003) 538.

¹⁶ JOÃO PAULO II, *Liberdade religiosa, condição para a convivência pacífica. Mensagem para o 21º Dia Mundial da Paz*

mesmo, a liberdade religiosa tem de ser vista, ao mesmo tempo, como um pressuposto e uma força fundamentais ao serviço da paz.

Todos sabemos que, nesta matéria delicada, não bastam afirmações de princípio. Embora situada no âmago da própria atitude crente, o reconhecimento da liberdade de consciência e de religião pressupõe uma maturação dessa mesma atitude crente (perguntando por quem é o Deus em que se acredita!), a capacidade hermenêutica de questionar pressupostos fundamentalistas na compreensão e pretensão da própria verdade, a abertura incondicional a uma atitude de tolerância positiva ¹⁷, a visão realista mas crítica do caminhar histórico das pessoas, das sociedades, dos Estados. Afinal, a verdade só se pode impor pela sua própria força. Nesta questão da liberdade de consciência e de religião estamos diante de um dos mais graves problemas que as religiões, as Igrejas, as sociedades e os Estados não podem deixar de enfrentar.

4.3. Uma atitude aberta a uma cooperação multifacetada, quotidiana, concreta

Os caminhos do diálogo na construção da paz são diversificados, têm de estar abertos a várias formas possíveis. Tornou-se clássico distinguir quatro âmbitos complementares de diálogo inter-religioso: o diálogo da vida; o

(1988), Introdução (ver nota 4), in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19871208_xxi-world-day-for-peace.html (consulta a 14 de Novembro de 2016). Cf. JOÃO PAULO II, *No respeito dos direitos humanos, o segredo da verdadeira paz. Mensagem para o 32º Dia Mundial da Paz (1999)*, nº 5 (ver nota 9).

¹⁷ “Por muito que se ame a verdade da própria religião, isso não dá, a nenhuma pessoa ou grupo, o direito de tentar reprimir a liberdade de consciência de todos quantos têm outras convicções religiosas ou de os induzir a falsear a sua consciência, oferecendo ou negando certos privilégios e regalias sociais, caso eles mudem de religião”: JOÃO PAULO II, *Se queres a paz, respeita a consciência de cada homem. Mensagem para o 24º Dia Mundial da Paz (1991)* IV., in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_08121990_xxiv-world-day-for-peace.html (consulta a 16 de Novembro de 2017).

diálogo da ação; o diálogo entre peritos; o diálogo da experiência religiosa ou da oração¹⁸.

Como dado primeiro, imprescindível e determinante emerge o diálogo da vida, da experiência quotidiana, com os seus múltiplos encontros e a criação de laços de amizade, concretizados na multiplicidade de cada situação específica. Pequenos gestos significativos de encontro, cooperação e diálogo são muito mais importantes do que todos os discursos. É que não há o diálogo inter-religioso em geral, mas só e sempre como realidade na vida de pessoas e de grupos humanos inseridos numa dada situação social, cultural, política. Isto quer dizer que o sucesso do diálogo inter-religioso na construção da paz depende decisivamente da capacidade de se ter em conta as situações particulares de cada país e de cada cultura.

Num contexto de sociedades étnica, cultural e religiosamente pluralistas na sua composição é imprescindível aprender a compreender outras crenças e práticas religiosas, integrar essa diversidade na nossa própria maneira de crer e de viver, construir a pouco e pouco laços de estima e respeito mútuos e, assim, procurar ajudar a resolver de maneira pacífica os conflitos que podem surgir na vida quotidiana. Deste modo, o diálogo inter-religioso entende-se como impulsionador de pequenos laboratórios da paz possível, propondo e favorecendo a tolerância e a aceitação mútua como instrumentos essenciais de uma coexistência pacífica. É este diálogo da vida que nos leva a intuir como crentes o caminho que Deus nos pede para percorrer: “o caminho da amizade, da proximidade e da fraternidade”¹⁹.

¹⁸ Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO – CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS, *Diálogo e anúncio*, n.ºs 42-46, in http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19051991_dialogue-and-proclamatio_po.html (consulta a 15.12.2013). Cf. também SECRETARIADO PARA OS NÃO-CRENTES, *A Igreja e as outras religiões – Diálogo e missão*, n.ºs 28-35, in http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19840610_dialogo-missione_po.html (consulta a 15.12.2013).

¹⁹ FRANCISCO, *Discurso aos representantes da Comunidade Judaica de Roma (11 de Outubro de 2013)*, in http://www.vatican.va/holy_father/francesco/speeches/2013/october/documents/papa-francesco_20131011_comunita-ebraica-roma_po.html (consulta a 15.12.2013). Cf. JOÃO PAULO II, *Os*

4.4. O diálogo inter-religioso e a tarefa profética das religiões

Há, certamente, um entendimento restrito das chamadas “religiões proféticas”. Mas, não obstante essa linguagem com um sentido específico, todas as religiões são interpeladas a descobrir e a desenvolver uma dimensão profética. Neste contexto, o diálogo inter-religioso é chamado a ser um forte catalisador da dimensão profética que as religiões não podem deixar de ter.

Desde logo, essa dimensão profética tem de emergir na denúncia da violência e de tudo quanto desumaniza, na inequívoca condenação daquilo que, sendo anti-humano, não pode ser ignorado ou tratado com complacência. Cada religião é desafiada a recusar explicita e publicamente toda a forma de legitimação religiosa ou moral dessas visões ou dessas práticas desumanas. O que vale, antes de mais, para a própria religião que cada um vive, mas, obviamente, se estende a modos de ver e comportamentos de outras tradições religiosas²⁰.

O diálogo inter-religioso só poderá contribuir para a construção da paz se ajudar a tomar consciência de que as identidades culturais e religiosas se deixam facilmente instrumentalizar e mobilizar perante conflitos sociais e de outra ordem. Para isso, tem de ser um diálogo marcado pela verdade, atento aos fatores em jogo nas situações concretas, capaz de ajudar a discernir, relativizando absolutismos, entre o que pertence a uma autêntica vivência religiosa e o que são elementos resultantes da própria inserção cultural, social, política. A tarefa não é fácil, mas o verdadeiro diálogo inter-religioso tem de apelar aos elementos de visão do mundo e aos imperativos éticos de cada religião que podem conduzir a processos de revisão mental e de reformas práticas internas.

O papel profético das religiões passa, simultaneamente e como elemento fulcral, pela denúncia das causas mais profundas que motivam os conflitos, geram a falta de paz ou impedem a sua construção²¹. Esta tarefa de discernimento sobre as causas das atuais injustiças sociais e os fatores que motivam conflitos e guerras pressupõem liberdade, coragem, profundo

crentes unidos na construção da paz. Mensagem para o 25º Dia Mundial da Paz (1992), nº 6 (ver nota 14).

²⁰ Cf. JOÃO PAULO II, *Não há paz sem justiça, não há justiça sem perdão. Mensagem para o 35º Dia Mundial da Paz (2002), nº 7 (ver nota 11).*

²¹ JOÃO PAULO II, *Não há paz sem justiça, não há justiça sem perdão. Mensagem para o 35º Dia Mundial da Paz (2002), nº 15 (ver nota 11).*

sentido do humano. Os pilares da construção da paz apontados na Encíclica *Pacem in Terris*, nº 35 – verdade, justiça, amor, liberdade –, sem os quais não é possível construir um mundo mais humano e em paz, pedem a atuação constante dessa dimensão profética das religiões, nomeadamente através do diálogo inter-religioso. Trata-se de contribuir para a ultrapassagem de conflitos, a aproximação entre os povos, a construção de uma sociedade mais solidária, a capacidade de superar individualismos, egoísmos e interesses de grupo.

4.5. As religiões e a educação para a paz

É deste modo também que o diálogo inter-religioso contribui para despertar as religiões na sua tarefa primordial de educação para a paz, a tarefa da criação, modesta mas convicta e convincente, de uma progressiva "cultura de paz". As religiões não podem deixar de perguntar-se pela prioridade que dão, na sua vida diária, na própria configuração e consciencialização do seu viver comunitário, nas suas tomadas de posição internas e externas, à educação para a paz. Muitas vezes acontece precisamente o contrário: "Tantos jovens, nas zonas do mundo marcadas por conflitos, são educados para sentimentos de ódio e de vingança, dentro de contextos ideológicos nos quais se cultivam as sementes de antigos rancores e se preparam os corações para violências futuras" ²².

Não há dúvida que, se não quiserem trair-se a si próprias, o papel das religiões é vital para se poder ir fomentado, passo a passo, esta "cultura da paz". Trata-se de investir nas pessoas, na certeza de que só por caminhos de progressiva maturidade humana e crente, por uma pedagogia que ajuda a ver o outro e a respeitá-lo na sua diferença, será possível construir a paz. Sabemos bem que as pequenas vitórias quotidianas na construção da paz não eliminam as guerras, as violências, as discriminações, as injustiças, mas acreditamos que abrem brechas de esperança e de luz num mundo muitas vezes opaco e sem orientação.

4.6. A dimensão espiritual na construção da paz

Embora o desejo de paz seja compartilhado por todas as pessoas de boa vontade e não obstante ser indispensável querer mesmo a paz, envolvendo

²² BENTO XVI, *Mensagem no 20º aniversário do encontro inter-religioso de oração pela paz convocado por João Paulo II (2 de Outubro de 2006)*, in https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/letters/2006/documents/hf_ben-xvi_let_20060902_xx-incontro-assisi.html (consulta a 16 de Novembro de 2017).

nessa tarefa todas as capacidades do coração e do espírito humanos, é evidente que uma paz verdadeira e duradoura não pode ser alcançada pelas simples forças humanas. Afirmar que a paz é possível é quase/é sempre de certo modo um ato de fé ²³.

Na consciência desta realidade, somos despertados para a dimensão espiritual como um elemento chave na construção da paz. Há que apelar às raízes mais profundas dos seres humanos, seu sentido de responsabilidade, sua capacidade de doação. As religiões têm aqui um papel insubstituível. A paz é um valor no qual afluem componentes diversos: “Para a construir – cito Bento XVI –, sem dúvida são importantes os caminhos de ordem cultural, política e económica. Mas, em primeiro lugar, *a paz deve ser construída nos corações*. De facto é neles que se desenvolvem sentimentos que podem alimentá-la ou, ao contrário, ameaçá-la, enfraquecê-la, sufocá-la. Aliás, o coração do homem é o lugar das intervenções de Deus” ²⁴.

Na perspectiva cristã, está aqui a raiz mais profunda da esperança de paz. “A nossa esperança – sublinho João Paulo II – deriva não só das capacidades do coração e do espírito humano, mas possui uma dimensão divina, que justamente deve ser reconhecida. Aqueles de entre nós que são cristãos acreditam que tal esperança é um dom do Espírito Santo, que nos chama a alargar os nossos horizontes, a olhar para além das nossas necessidades pessoais e das carências das nossas comunidades particulares, tendo em vista a unidade de toda a família humana. O ensinamento e o exemplo de Jesus Cristo proporcionaram aos cristãos um clarividente sentido da fraternidade universal entre todos os povos. A consciência de que o Espírito de Deus sopra onde quer (cf. *Jo* 3, 8) impede-nos de expressar juízos peremptórios e perigosos, porque evoca o apreço daquilo que está escondido no coração do próximo. Isto abre o caminho à reconciliação, à harmonia e à paz. Desta consciência espiritual brotam a compaixão e a generosidade, a humildade e a modéstia, a coragem e a perseverança. Estas são as qualidades de que a humanidade tem necessidade mais do que nunca, enquanto entra no novo milénio” ²⁵. Na convicção cristã, a paz é

²³ Cf. G. DANNEELS, *Religions et paix*, 530

²⁴ BENTO XVI, *Mensagem no 20º aniversário do encontro inter-religioso de oração pela paz* (ver nota 22).

²⁵ JOÃO PAULO II, *Discurso no encerramento da assembleia inter-religiosa (28 de Outubro de 1999)*, nº 4, in https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1999/october/documents/hf_jp-ii_spe_28101999_interreligious-assembly.html (consulta a 17 de Novembro de 2017). Cf. ainda ID., *Não há paz sem justiça, não há justiça sem perdão. Mensagem para o 35º Dia Mundial da Paz*

tarefa humana, bem humana, que exige todo o nosso empenho e responsabilidade, mas, em última análise, ela só é possível como dom de Deus acolhido no nosso coração e na nossa maneira de viver, dom de Deus que abre os nossos horizontes de vida, anima e revigora as nossas forças, transforma o nosso coração.

José Eduardo Borges de Pinho

(2002), nº 14 (ver nota 11); ID., *Os crentes unidos na construção da paz. Mensagem para o 25º Dia Mundial da Paz* (1992), nºs 3-7 (ver nota 14).